



Clipping

**INVERTIA
Sustentabilidade
07/02/2008**

Antônio Gaspar

Piracicaba e Paraíba do Sul vão receber R\$ 50 milhões em 2008

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e do Paraíba do Sul poderão ter investimentos de R\$ 50 milhões neste ano, um crescimento de até 127% em relação a 2007. Destes, a estimativa é a de que R\$ 27 milhões resultem da cobrança pelo uso da água (cerca de R\$ 18 milhões da área do PCJ e R\$ 9,5 no Paraíba do Sul) e o restante, de contrapartidas. Para um município receber recursos, tem de entrar com, no mínimo, 20%. Quanto mais elevada a contrapartida, maior o número de pontos e a possibilidade de ele realizar a obra.

Em 2007, cerca de R\$ 22 milhões foram repassados para programas nas bacias do PCJ. Do total, R\$ 12 milhões resultaram de cobrança e R\$ 10 milhões, de contrapartidas, segundo Patrick Thomas, gerente de Cobrança pelo Uso da Água da Agência Nacional de Águas (ANA). Os recursos arrecadados têm de ser investidos na própria bacia. O comitê do PCJ investiu em projetos como estações de tratamento de esgoto e limpeza da calha do rio Atibainha.

Thomas explica que já foram constituídos sete comitês de bacias. São essas organizações que definem a cobrança e o valor. "Os comitês do PCJ e do Paraíba do Sul foram os primeiros", explica Thomas. No início de 2009 deve começar a cobrança na bacia do Rio São Francisco. Em seguida, devem vir as do Rio Grande (entre São Paulo e Minas), do rio

Doce (Minas e Espírito Santo), do Paranaíba e do rio Verde Grande (Goiás).

Os pagamentos em dia nas bacias do PCJ são de 99,3% e na do Paraíba do Sul, 90%. Segundo Thomas, o usuário que não paga tem seu nome registrado no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), um banco de dados com nomes de pessoas físicas e jurídicas em débito com órgãos e entidades federais, e fica impedido de receber recursos do governo federal. "Não há o menor interesse do usuário em constar desse cadastro, pois é grande a penalização", diz o gerente da ANA.

A agência prepara e capacita os comitês de bacia desde 2001. "O primeiro passo é a criação do comitê, aí a agência entra com a capacitação. O comitê decide se vai cobrar e o valor. A agência operacionaliza a arrecadação dos recursos dos usuários, cuida do envio do dinheiro e o comitê decide em quais os projetos vai aplicar", diz Thomas. A ANA é responsável pela implementação da política de recursos hídricos, a regulação, outorgas e fiscalização.

Os comitês de bacia, segundo o gerente da ANA, são constituídos por 40% de representantes do poder público, 40% de usuários (empresas, companhias de água e saneamento) e 20% da sociedade civil. "A direção do comitê é obrigada a estabelecer metas e objetivos a serem atingidos durante sua gestão e recebe nota por seu desempenho, que é publicada no site da agência." Recentemente o comitê da bacia do Paraíba do Sul buscou os serviços de uma agência especializada para contratar o seu novo diretor.